

**A PROFISSÃO DOCENTE EM CONFRONTO COM A INCLUSÃO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIAS: O RESGATE DAS MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA PIONEIRA COM A QUESTÃO INCLUSIVA**

THE TEACHING PROFESSION IN CONFRONTING SPECIAL STUDENTS INCLUSION POLICY: THE MEMORIES OF A TEACHER IN THE EARLY TIMES WITH THE QUESTION OF INCLUSION

Marcos Jorge<sup>1</sup>

**Resumo**

O trabalho tem como objetivo resgatar as memórias de uma professora que atuou na primeira classe regular de ensino público de um município no interior do estado do Paraná, no início da década de 1980. A metodologia utilizada foi da História Oral e possibilitou abranger as especificidades e subjetividades vividas no cotidiano pela professora ao enfrentar as dificuldades de alfabetizar/incluir alunos com deficiências num momento histórico em que não existia uma política oficial de inclusão regular. Os resultados apontaram as vivências e questionamentos da professora, enfatizando o preconceito, o alheamento do Poder Público e sua satisfação com a superação das dificuldades ao testemunhar os avanços cognitivos das crianças portadoras de deficiências sob sua responsabilidade.

**Palavras-chave:** Política educacional. História da educação brasileira. Memórias de professores. Deficiências. Inclusão.

**Abstract**

The study aims to rescue the memories of a teacher who played his first regular class public education of a city within the state of Paraná, at the beginning of the decade of 1980. The methodology used was the Oral History and possible cover the specificities and subjectivities on their daily living by the teacher to face the difficulties of literacy / include students with disabilities in a historical moment in which there was no official policy of regular inclusion. The results showed the experiences and questions the teacher, emphasizing prejudice, alienation of the government and their satisfaction with the difficulties related to witness the cognitive progress of children with disabilities under their responsibility.

**Keywords:** Educational policy. History of education. Disabilities. Special education teachers. Inclusion.

**Introdução**

A educação ofertada aos educandos com deficiências no cenário educacional brasileiro comumente apresenta falhas consideráveis, ora com a falta de profissionais capacitados, ora

---

<sup>1</sup> O autor possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente é Professor Assistente na Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Campus de Bauru). E-mail: marcos\_jorge@fc.unesp.br

com instituições em situações precárias, ou com políticas públicas que, infelizmente não dão conta de proporcionar a essa clientela uma formação igualitária e digna.

Em termos de definição utilizamos o termo “necessidades educacionais especiais” uma vez que é o que aparece explicitamente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. (BRASIL, 2001).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Lei nº 9394/96, em seu Art. 58 e com nova redação dada pela Lei 12.796, de 2013 prevê que educação especial é a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. E que tais alunos devem ter a sua disposição, sempre que necessário, serviços de apoio especializado. (BRASIL, 2013).

Neste cenário, de justa perspectiva inclusiva, esse educando passa a enfrentar vários problemas, como a inexperiência dos professores, que em sua grande maioria, despreparados para atuarem com os educandos, tratam-nos de forma diferenciada, favorecendo apenas ao seu envolvimento parcial na escola regular, da qual ele utiliza o espaço, porém, não de forma integral como a um educando “dito normal”. (BRASIL, 2006).

Sua permanência nas classes regulares passa a ser observada com um viés de “boas intenções” das políticas públicas com a consequência desastrosa de dispensar ao processo de ensino aprendizagem um caráter compensatório integrando – o de forma parcial numa instituição escolar regular, que a exemplo das muitas espalhadas pelo país, não possui a estrutura adequada para atendê-lo adequadamente.

Em tais condições, a inclusão na rede regular de ensino não afeta apenas o aluno em questão e sua família, mas a sociedade como um todo, que em grande parte, por falta de conhecimento, ainda mantém muitos preconceitos em relação a essa clientela escolar.

No bojo das políticas de inclusão, encontram-se os professores que se defrontam com a grande responsabilidade de educar essas crianças que, não raro, necessitam de atenção e práticas pedagógicas adequadas ao seu desenvolvimento cognitivo, que podem variar de acordo com a especificidade de cada um. (BRASIL, 2005).

É a partir dessas questões que esse artigo resgata as memórias de uma professora pioneira no trabalho com educandos com deficiências na rede escolar pública da cidade paranaense de Londrina, ainda na década de 70.

## Discussão metodológica

O presente trabalho tem como fonte principal as memórias de uma professora que atuou na primeira classe regular que recebeu alunos de inclusão na rede escolar municipal de Londrina assim, pretende-se traçar um panorama dos primeiros momentos de constituição das práticas pedagógicas, em situação de ensino oficial, em relação aos educandos com necessidades educacionais especiais.

Seu relato insere-se numa preocupação em buscar novas fontes para registrar a história da educação local, bem como estar coetâneo ao movimento de fins do século XX, de busca de novos objetos, novos problemas e novas fontes, como preconizado por Le Goff (1993) e que resultou na chamada “renovação metodológica” das ciências humanas, em particular a história.

No caso da educação, Luporini (2004, p. 213) enfatiza que o estudo das “memórias dos educadores oferecem relevantes possibilidades para captar as diferentes nuances de práticas concretas, de especificidades dos processos educativos, do cotidiano na trajetória histórica das escolas”. A autora coloca a importância de se olhar para o dia a dia da escola como forma de apreender a relação entre a política educacional escolar ideal e a real, ou seja, aquela dos decretos e esta efetivamente praticada no país afora por centenas de milhares de professores e professoras com suas inúmeras dificuldades.

Traz-nos assim, a necessidade de utilizarmos uma metodologia que dê conta de abranger as especificidades e subjetividades do nosso colaborador; porém, a metodologia, neste contexto, não deve ser compreendida como algo rígido que contenha um modo de fazer, um modelo, e sim como uma contribuição necessária ao estudo neste sentido;

a metodologia seria a reflexão sobre o caminho ou caminhos seguidos pelos cientistas em seu trabalho, nas diversas fases da proposição da pesquisa e de sua realização; em lugar de estar orientada por normas ou valores ideais, estaria orientada pela própria práxis, pela ação do cientista sobre a realidade. (QUEIROZ, 1991, p. 27).

A história oral é composta por depoimentos, relatos e histórias de vida; por isso, no que tange ao presente trabalho, ela se coloca como necessária para a pesquisa, pois se constitui como uma ferramenta primordial à problematização de pontos importantes no atual contexto da discussão em torno dos alunos com necessidades educacionais especiais e a escola regular, de acordo com Thompson (1992, p. 29): “enfocar as raízes históricas de

alguma preocupação contemporânea, demonstrará muito bem a importância do estudo histórico para o meio ambiente imediato”.

Introduzida no Brasil por volta dos anos 70, a história oral encontra-se muito ligada aos registros de lutas e movimentos sociais.

É principalmente utilizada pelas disciplinas das áreas humanas e da saúde, que têm em suas bases de estudos e pesquisas a complexidade do ser humano.

A Psicologia e as Ciências Sociais foram as primeiras a usar esta metodologia, cujo objetivo é relatar, por meio de depoimentos pessoais, fragmentos da história antes encobertos, suscitando a criação de novos documentos que possibilitem mudanças nas atuais leituras ou compreensões dos problemas sociais.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre as classes sociais e entre gerações. (THOMPSON, 1992, p. 44).

O trabalho do historiador que utiliza a história oral como metodologia não pode se esgotar simplesmente na coleta e no armazenamento dos registros e relatos narrados pelos colaboradores da pesquisa; é necessário que, por meio de um plano de atividades coordenadas, ele possa transcrever os relatos, buscando uma reflexão que possibilite a criação de documentos ou fontes que irá proporcionar mudanças, pois a história oral é:

usada para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva [...] é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas [...] é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados e transformados em textos escritos. (MEIHY, 1996b, p. 13-14).

Por se fundamentar em memórias de pessoas e de grupos, a transcrição e a análise desses relatos, para a criação de documentos, devem acontecer sem conceitos predeterminados, julgamentos, ou busca de verdades absolutas, pois

Não existe verdade e mentira em história oral o que se busca são experiências pessoais resgatadas na memória que pode falhar ou simplesmente ocultar ou modificar detalhes do passado que no momento o entrevistado acredita não ser importante. O objetivo central da coleta de depoimentos não se esgota na busca da verdade e sim na da experiência. (MEIHY, 1996b, p. 49).

A história oral possui, em sua essência, a característica de registrar as experiências pessoais e falas de seus sujeitos de pesquisa; porém, isso não ocorre de modo rígido e sim,

flexível, podendo variar de acordo com as necessidades do pesquisador, que pode lançar mão de trabalhar com:

relato oral de vida, quando é solicitado ao narrador que aborde, de modo mais especial, determinados aspectos de sua vida, embora dando a ele total liberdade de exposição, mas o entrevistado sabe o interesse do pesquisador e direciona seu relato para determinados tópicos. Depoimentos orais, quando se busca obter dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinada situações, ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar. (MEIHY, 1996a, p. 34-35).

Porém, independentemente do modo como será realizada a coleta desses testemunhos, a todo tempo, o historiador deve ter clareza do objetivo de sua pesquisa; desta forma, ele poderá delimitar qual a relevância dessa busca em seu trabalho, possibilitando o direcionamento do colaborador da pesquisa para os fatos que irá clarear os próximos passos de sua investigação.

Cada indivíduo trará o seu olhar sobre a realidade questionada. Cabe, portanto, ao historiador analisar tais relatos pautados em critérios relevantes ao seu tema de investigação, pois “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção, nunca em nenhuma ciência, a observação passiva gerou algo de fecundo. Supondo, aliás, que ela seja possível”. (BLOCH, 2001, p. 79).

Este direcionamento possibilitará ao investigador formular um roteiro que conseguirá abranger os principais pontos que se fará presente em sua pesquisa, possibilitando a analogia dos testemunhos e dos temas propostos. Na coleta dos testemunhos, os fatos relatados de experiências vividas e até mesmo os gestos expressados pelos sujeitos de pesquisa fazem parte de um todo que se relaciona entre si e fornece dados imprescindíveis ao historiador.

Partindo desse pressuposto, supõe-se que o investigador conheça as motivações e os elementos essenciais que componham a sua pesquisa e tenha a sensibilidade de analisar os fatos de acordo com a realidade no qual o colaborador da pesquisa estava envolvido, pois, na visão de Bloch (2001, p. 107), “seu testemunho, como tantos outros informa não sobre o que ele viu na realidade, mas sobre o que, em sua época, era estimado natural ver”.

Ao relatar sobre a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas primeiras salas de inclusão de Londrina, espera-se que as professoras consigam recordar como ocorreram os processos, quais as principais dificuldades enfrentadas, se houve desenvolvimento dos alunos e como contribuíram para este desenvolvimento. Contudo, ao trazer tais relatos, elas estarão se transportando ao passado através de suas memórias, em que sua realidade será revivida por meio de nossa pesquisa. Farias enfatiza que “uma das

principais características da história oral é que a testemunha reconstrói o passado à sua maneira e em função de seu presente. O que ela relata é a sua percepção do que viveu no passado. Fala hoje sobre ontem”. (FARIAS, 1996, p. 167).

### **Apresentando o relato das memórias**

A professora em questão foi escolhida teve sua formação inicial em curso magistério Normal em fins da década de 80 e posteriormente graduou-se em Pedagogia, a particularidade desta profissional foi seu engajamento com a educação de crianças com necessidades educacionais especiais desde os anos 70 quando realizava um trabalho em uma entidade filantrópica especializada nessa área. Com muito voluntarismo, esforço e ainda poucos conhecimentos teóricos e práticos a professora dedicou-se sua vida profissional inteira à causa da educação especial com apoios esparsos de pais, colegas professores e outros que interessassem por humanizar o atendimento às chamadas (na época) “crianças excepcionais” para além do espaço da filantropia e do compensatório para uma dimensão escolar e socializadora mais ampla e integradora.

A experiência vivenciada pela professora em questão ocorreu em uma turma de 1ª série do ensino fundamental, no município de Londrina, no ano de 2005. No entanto, ficou nítido que a sua preocupação e o seu envolvimento profissional com o atendimento aos alunos necessidades educacionais especiais possuía raízes ainda mais antigas. Segundo a professora, seu trabalho teve início

*na zona rural em Laranjeiras do Sul, e lá desde que eu comecei no último ano do magistério meu trabalho profissional, e eu me preocupava muito com as crianças assim que tinham dois três anos que não passavam, e ficavam retidos, porque na época era retenção, eu trabalhei com a criança portadora de deficiência desde 1975.*

Durante toda a entrevista, surge uma quantidade grande de informações para a compreensão deste processo de inclusão, momentos nos quais ficaram nítidos os sentimentos de luta, as raízes históricas da educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, as emoções vivenciadas, os preconceitos, as realizações, as frustrações, que marcaram este cotidiano complexo.

A professora relata que seu processo inicial de trabalho com a inclusão teve início na cidade de Laranjeiras do Sul e também na cidade de Londrina. Por este motivo, iremos delimitar a análise da nossa entrevista em duas grandes categorias: processo histórico, cotidiano e dinâmica em sala de aula.

Na categoria processo histórico, emergem duas subcategorias: Processo histórico na Cidade de Laranjeiras e Processo histórico na Cidade de Londrina.

Na subcategoria Processo histórico na cidade de Laranjeiras, a professora inicia seu relato, falando sobre a experiência propulsora que deu origem ao seu trabalho com a inclusão:

*eu trabalhava em Laranjeiras do Sul como diretora e aí o vice - prefeito da cidade descobriu que eu tinha esta mania de ficar procurando e resolvendo os problemas das crianças com dificuldades né, mas muitos anos atrás isso foi em 1972, 73 por aí, aí eles me convidaram para fazer um curso, porque a filha do vice prefeito tinha várias deficiências né, e ele não conseguiu internar em lugar nenhum não conseguiu colocar né, e aí através desse curso nós fundamos a APAE em Laranjeiras.*

No decorrer do relato, a professora nos apresenta detalhadamente os objetivos deste trabalho que ela desenvolveu:

*em Laranjeira foi tirar as crianças de dentro de casa, porque naquela época existia rejeição mesmo, nós levamos uma aluna para a APAE que vivia numa casinha de boneca, uma que vivia no porão de uma casa, e outro que a mãe escondia foram morar no sítio e tal para ninguém ver, então a gente começou a fazer o trabalho também que foi na época na cidade um trabalho de inclusão.*

Nesta fala da professora, é possível observar traços da origem histórica de segregação e exclusão que os portadores de necessidades especiais enfrentam. Segundo Carvalho, Rocha e Silva (2006, p. 18), esta herança “ainda hoje, tem fundamentado a práxis do homem atual”, pois, durante todo processo histórico, a cena descrita acima pela professora infelizmente foi e ainda é algo bastante corriqueiro no cotidiano da sociedade que compreende as pessoas portadoras de necessidades especiais como

improdutivas, inúteis e incapazes, sendo tomadas como um fardo ou uma cruz a ser carregada pela família e pela sociedade. A história da humanidade sempre foi marcada pela segregação e exclusão econômica, política, social e cultural das pessoas com deficiência. (CARVALHO; ROCHA; SILVA, 2006, p. 17-18).

A professora nos fala, também, sobre as dificuldades sentidas durante seu trabalho de implantação da APAE na cidade de Laranjeira, pois segundo ela,

*às vezes não aceitavam nem a gente na casa, no começo não foi nada fácil não, dizer pra você que foi fácil não foi, foi um trabalho árduo, foi um trabalho insistente, quando as crianças começaram a chegar à gente começava a fazer um trabalho bem simplesinho mesmo, alimentação, a higiene, na própria APAE.*

Durante esta fala, perguntamos a ela a quais fatores primordiais ela atribuía este bloqueio da família e se a falta de informação era um obstáculo para o acesso a estas crianças que se encontravam segregadas do convívio social:

*Falta de informação e medo, porque você tem um filho o filho é diferente do outro, tem o preconceito, o medo, a insegurança, porque a pessoa não tem a informação, ela não tem também uma formação, uma educação para entender tudo isso, né.*

Outro fator relevante que contribui para este bloqueio é a influência do conhecimento de senso comum presente na sociedade, família e comunidade escolar, que, segundo Saviani (1991, p. 22,) pode ser reconhecido como a palavra *doxa* de origem grega que “significa opinião, isto é, o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro, misto de verdade e erro”.

Baseados nesses conhecimentos de senso comum, as próprias famílias, por vezes, expressam a falta de compreensão deste fenômeno e acabavam julgando a situação de forma pejorativa, acreditando que ter um filho portador de necessidades especiais era um

*castigo de Deus, eu fui castigada qual é o meu o pecado, a gente tinha que trabalhar na vida religiosa dessas pessoas para mostrar que não que Deus não castiga ninguém que Deus era amor né.*

Porém, em meio à falta de informações e a tantas dificuldades, ela fala da importância das contribuições que encontrou na cidade, afirmando que esta ajuda surgia

*de vários até sacerdotes pessoas evangélicas tudo trabalhando nessa questão, Deus é amor e Deus ama a todos independente se tem um deficiência ou não tem né.*

Presente na narrativa de forma concomitante às falas descritas acima, apresentaremos, neste ponto, a análise da subcategoria *Processo histórico na cidade de Londrina*, a qual segundo a professora se iniciou quando

*vim para Londrina fiz minha faculdade e já trabalhava na escola municipal, e aí uma professora falou para mim você está sempre lutando pelas crianças que apresentam dificuldades na sala de aula, porque você não vai fazer um pós-graduação na universidade.*

Assim como na subcategoria *Processo histórico da cidade de Laranjeira do Sul*, encontramos, também, nesta subcategoria, um trabalho específico que deu origem ao empenho e trajetória profissional da professora na cidade de Londrina. Esse trabalho foi composto por sua vivência em sala de aula e, na monografia apresentada na conclusão do curso de especialização em educação especial, no relato a seguir, poderão ser observadas as dificuldades e desafios enfrentados neste trabalho:

*era assim muito difícil porque as pessoas achavam que não ia dar certo [...] apavorou um pouco os colegas de trabalho, porque eles já ouviam falar na inclusão e tinham medo, como a gente vai trabalhar com o portador?*

Completando seu relato sobre as dificuldades, a professora ressaltou que sua grande luta sempre foi na direção de oferecer a este aluno uma igualdade no atendimento. Ela acreditava na

*necessidade de atender este aluno matriculado na nossa escola, então a gente não podia tá deixando ele ficar reprovando, reprovando fica retendo ele todo ano.*

Entretanto, enfrentar essa luta trouxe momentos árduos com os quais ela teve que romper com várias barreiras, pois, devido ao contexto histórico de segregação dos alunos com necessidades educacionais especiais, as pessoas ainda tinham a concepção de que o melhor lugar para ensiná-los era a escola especial, então surgia um caso de

*aluno com necessidade vamos mandar para a escola especial e não queriam que ficassem na rede pública no ensino regular, e a minha luta é que estes aluno podem e devem ficar no ensino regular, porque a interação dele é totalmente diferente.*

Com o intuito de concluir a análise das subcategorias do processo histórico, acreditamos ser possível buscar na entrevista um ponto que nos remete a uma lembrança pessoal da professora bastante positiva, que demonstra um novo otimismo para a proposta de efetivação da inclusão. De acordo com este relato, os avanços vinham ocorrendo mesmo que de forma tímida:

*na minha época quando eu comecei minha vida profissional, falava assim este é cabeça dura não aprende mesmo, esse menino é bobo ele não vai aprender nunca, hoje eu vejo que não todos tem direito a educação e alguma coisa eles vão aprender, então a minha visão na educação mudou muito.*

A segunda grande categoria separada para a análise nos trará minuciosos detalhes do cotidiano e da dinâmica em sala, de como era o trabalho pedagógico com este aluno, da importância de sua interação com o outro, do confronto com a família, do apoio recebido da comunidade escolar. Toda essa vivência nos levará à reflexão sobre o conceito de educação inclusiva, que, segundo Glat e Blanco (2007, p. 32),

*é um processo progressivo e contínuo de absorção do aluno com necessidades educacionais especiais pela escolar regular. Este pressupõe, simultaneamente, a adaptação da instituição e da cultura escolar para atuar com o aluno, e a adaptação deste aluno para que possa usufruir plenamente do processo educacional.*

Para que a educação inclusiva se efetive de maneira satisfatória, é primordial que os professores estejam empenhados neste processo, pois são eles que atuarão de forma direta com os alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares. Ao ser questionada sobre o papel do professor ela nos explicou que

*o professor tem que ter conhecimento, ele tem que ter uma equipe psico-pedagógica que ajude, mais o professor tem que abraçar a causa, se o professor não abraçar a causa para trabalhar com a inclusão não vai dar certo, ele vai trabalhar com a família, ele vai trabalhar com a própria escola, e ele vai mostrar os resultados para seus colegas e quem não acredita na inclusão passa a acreditar por causa do testemunho daquele professor.*

Neste sentido, podemos compartilhar com Santiago (2007, p. 268) a reflexão do papel do professor e de duas possíveis

posturas frente à política de inclusão educacional: uma primeira, onde o professor se coloca na posição de *refém* do processo, e a segunda, onde o professor assume a *autoria* do fazer pedagógico.

Segundo Santiago (2007), a educação inclusiva busca professores autônomos que sejam capazes de reformular suas práticas pedagógicas, visando suprir as necessidades de seus alunos, procurando re-significar os conteúdos. É um professor que confia em seu trabalho e nas qualidades de seus alunos; é um professor que; “[...] diferente do professor refém, não cria estigmas nos seus alunos, não legitima preconceitos, não discrimina ninguém do ato de aprender porque acredita em todos os alunos”. (SANTIAGO, 2007, p. 269).

Por acreditar neste perfil autônomo de professor, nossa professora demonstrava a todo o momento, a sua paixão pelo trabalho com a inclusão:

*eu amava o trabalho eu falava de uma maneira assim que eu empolgava as pessoas, porque eu abracei esta causa com muito carinho.*

Mas, alerta-nos, também, que este professor não passa a existir da noite para o dia, ele é um processo de formação constante, de busca por teorias que possibilitem uma reflexão sobre o exercício docente. Segundo a professora,

*o curso de pedagogia me ajudou muito, mais o curso de pós – graduação, eu acho que eu tinha um pouco da prática, mas a teoria me ajudou muito, eu sempre parablenizo o curso da UEL da educação especial, ele é nota... não tem nota para dar muito bom, porque eu recebi todo o apoio no curso.*

Após ter abordado a importância da base teórica dos professores, ela nos faz refletir sobre os diversos desafios que os alunos com necessidades educacionais especiais encontram nas salas de aula, entre eles a rejeição por parte de outros professores que, naquele momento, não estavam empenhadas no processo de inclusão:

*ele tinha uma mania assim de mexer a cabeça né, aí a professora falou nossa este aluno eu não vou saber trabalhar com ele vou deixar do lado.*

Porém, bem longe de apresentar sinais de desânimo, ela nos relatou como sua prática em sala refletiu-se no trabalho da outra professora, fazendo com que sua postura frente àquele desafio se modificasse:

*eu tinha o hábito de dizer vamos, né para ele, vamos você é capaz, você vai fazer, você vai acertar, aí quando ele foi para a educação física os alunos começaram, vamos você vai fazer, você vai acertar, você isso, daí quando a professora percebeu que os colegas levavam ele, aí ela falou eu não posso ficar de fora, e daí ela aceitou o aluno e começou o trabalho.*

Os desafios enfrentados não surgiram apenas no interior da comunidade escolar; a própria família, a princípio, apresentou diversas objeções ao trabalho:

*havia rejeição da mãe né, ela alegava dificuldades de levar, porque tinha filhos menores, as dificuldades financeiras porque não tinha classe especial próxima da casa, ela achava que judiava do filho dela, aquela preocupação de mãe.*

As famílias de outros alunos também demonstravam a falta de compreensão deste processo e, por meio de falas explícitas, expressaram essa rejeição:

*o meu filho vai estudar nesta sala, eu ouvi muito isso de mães, mas este aluno tá na sua sala, meu filho vai estudar, eles tinham medo de que a deficiência do menino passasse para o filho deles, mas com o passar do tempo eles foram vendo que ele não era uma pessoa assim agressiva de agredir então começaram a acreditar, mas no começo a gente enfrenta esta dificuldade o medo será que ela vai só trabalhar com esse aluno e deixar o meu de lado, o meu vai aprender pouco.*

Segundo ela, tais falas davam origem a uma série de atitudes preconceituosas que este educando teve que encarar:

*a gente percebia sim por parte de outras pessoas que existia sim o preconceito, ele era diferente né, ele era um aluno que ainda balançava a cabeça né então isso chamava muito a atenção, [...] o pior preconceito é aquilo que eu falei as pessoas elas é, olham o diferente, [...] se você vê uma pessoa andando de muleta ou manca ou tem a perna ou tem uma deficiência motora todo mundo para pra olhar, [...] então esse preconceito é pelo diferente a pessoa tem medo daquela pessoa por ser diferente da outra foge alguns padrões da normalidade né, então a pessoa quando ela tem um filho ou os parentes e tal, eles quando a mãe esta grávida eles esperam um filho perfeito, mas quando vem alguém que foge da normalidade já começa a rejeição, o preconceito, o medo, a insegurança.*

Na própria família, o aluno com necessidades educacionais especiais é desacreditado, não confiam em seu potencial e acreditam que ele nunca irá ter um desenvolvimento cognitivo satisfatório. A professora nos traz uma fala da família que caracteriza esta realidade:

*o pai não acreditava no filho, aí eu falei um dia seu filho vai fazer alguma coisa que você vai ver que seu filho é capaz, ele não é capaz de fazer tudo o que o outro faz, mas ele é capaz, ele tem capacidade pra alguma coisa nos vamos capacita – lo, aí deu uma briga na família e o pai falou para ele assim, a você não vai brincar com seus irmãos ele era pequenininho, você vai lá no açougue e vai lavar, limpar e tal, e o pai deixou ele lá fazendo o serviço, quando o pai chegou o pai se surpreendeu vendo o trabalho e a organização dele, porque como na sala eles organizavam, a própria equipe eles organizavam os cadernos, tudo era organizado por eles o meu armário não era organizado por mim é por eles a organização era uma coisa simples mas que a gente viu o resultado nascendo, e aí o pai veio aqui e falou assim meu filho é capaz a senhora estava certa, e a partir desse dia eu consegui o apoio da família, a gente não pode abandonar a família por minuto nenhum.*

Sua luta era constante, tanto em sala de aula, como no apoio à família; a todo o momento ela tentava conscientizar os pais de que

*ele tem dificuldade, assim como todos nos temos dificuldades você sempre tem dificuldades em alguma coisa, nos não sabemos tudo, ou eu tenho uma deficiência visual, ou eu tenho dificuldade de gravar isso eu tenho dificuldade naquilo.*

Com relação ao processo de ensino aprendizagem em sala de aula, a professora relata que, apesar das dificuldades, ela sempre procurou maneiras de contribuir para o desenvolvimento igualitário entre os alunos:

*eu trabalhei como se ele fosse igual a todos os outros, eu não fazia diferenciação, a única coisa é que a equipe dele tava interagindo não poderia colocar com alunos que tavam em um nível mais avançado, mas eu colocava crianças do mesmo nível porque daí eles iam discutir igual, iam analisar igual, as palavras, e a escrita né, eu alfabetizei os alunos nessa época com o próprio nome, valorizando o nome de cada um.*

Os materiais utilizados nesse processo tinham características bastante distintas, pois, segundo a professora ela própria

*confeccionava com os alunos o material,[...] uma época eu fiz a poupança que era do aluno que lesse, então era um trabalho assim muito bom, então o trabalho que foi feito com ele foi um trabalho simples e era confeccionado por eles mesmos, eu procurava assim sempre um livro acessível que todos pudessem usar e que também ele tivesse acesso por que se eu pegasse um material diferenciado eu não estaria trabalhando com ele.*

Ela contou, também, com o apoio de outras pessoas no processo, tais como as professoras da especialização que a auxiliavam na confecção desse material e também da própria comunidade escolar. Neste relato, ela trará uma experiência bastante marcante que impulsionou o processo de ensino e aprendizagem:

*ele, teve um incentivo muito grande quando eu comecei o ano com o trabalho a diretora sempre ia nas salas para dar boas vindas para as crianças, e eu falei para ela na minha sala você não vai, e quando você for na sala do lado você fala bem alto para dizer que você está lá, aí nenhuma criança questionou, mas ele questionou, porque a diretora não veio na nossa sala este ano, eu falei não sei, nossa ela foi na sala de todo mundo, ela foi na sala da minha prima, ela foi na sala da minha irmã, mas ela não veio na nossa sala, e agora o que a gente vai fazer para que a diretora venha na nossa sala, eu levei uma semana até que uma criança descobriu que tinha que escrever um bilhete, e aí nós escrevemos, nós levamos três dias para escrever o bilhete, um bilhete simples, que ele pudesse ler este bilhete e ele foi levar o bilhete para a direção, com seus amigos eles foram em equipe, o bilhete foi escrito em coletivo, todos copiaram, e o bilhete dele foi levado para a diretora, aí a diretora devolveu o bilhete para ele levar para a mãe né para mostrar aí ele chegou, a mãe nos contou que ele foi de casa em casa nos vizinhos pra ler o bilhete.*

Cada dia era um novo desafio; porém, a cada avanço, a professora se sentia mais estimulada a continuar seu trabalho que ia além dos conteúdos sistemáticos aplicados em sala:

*eu tava sempre interagindo ele com outros alunos, mais ou menos do mesmo nível, eu trabalhava muito em equipe com ele, e aí ele tinha pra que ele não ficasse com maior dificuldade eu tinha um atendimento fora da sala de aula tipo contra turno com ele, pra reforçar aquilo que ele aprendeu durante o dia ou como era a 1ª serie uma letra nova.*

Esta interação, na visão da professora, contribuiu não somente para o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, mas também para todos os que estavam envolvidos no processo de inclusão:

*houve avanços não só para o aluno, mas houve avanços na minha vida, porque você fala a inclusão do portador, mas como que é a sua inclusão, você como pessoa normal na sua igreja, na sua família, será que você às vezes não tem um defeito lá tão ruim que todo mundo acha ruim e você não tenta fazer essa mudança, como é que é a sua inclusão como uma pessoa normal é este o meu questionamento, ele é um portador tá nítido e claro, mas e as nossas deficiências que nós temos na nossa vida e às vezes a gente não procura se incluir ou resolver esse problema.*

Outra fala que nos expressa os resultados positivos dessa experiência inclusiva ,segundo a professora, é o fato de que, hoje, este aluno

*já tá rapazinho, a gente vê a interação dele na sociedade, ele ajuda o pai, hoje ele tá inserindo no mercado de trabalho, ele tá competindo com outras pessoas.*

No intuito de concluirmos a entrevista, perguntamos se ela acreditava na real efetivação da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares de ensino:

*eu acredito muito, eu acredito porque a gente vê, porque se a criança não aprende cem por cento, mas se ela aprender cinquenta por cento e ela tá interagindo com outras crianças ela vai imitar as outras crianças do nível dela, e ela vai tentar se esforçar também, então eu acredito na inclusão e eu acho que a inclusão tem que acontecer sim.*

A partir dessa resposta, perguntamos a quais fatores ela atribuía a responsabilidade da não efetivação real da inclusão:

*quando não acontece aí falta, por exemplo, o apoio aos professores, a própria direção às vezes não aceita, e às vezes não é o não aceitar, é o medo de às vezes ter um aluno e não saber trabalhar, então eu acho assim que a culpa não cabe a ninguém, eu acho que nós precisamos trabalhar muito na formação do profissional para que ele perca esse medo, porque o medo vai existir as angústias vão existir só que a gente tem que superar isso.*

Ao fazer uma retrospectiva sobre o passado vivenciado em sala de aula, ela concluiu que as dificuldades estavam sendo superadas, e a forma de tratamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais se modificou; a inclusão tem encontrado espaço e a segregação, hoje, é vista em proporções bem menores:

*Diminuiu muito eu acho que houve uma grande mudança, porque hoje a gente vê, os professores falam na inclusão [...] hoje o pai vai à sociedade com o filho portador ele não tem mais a vergonha, ele vai ele mostra seu filho.*

No entanto, sabemos que, para que a educação inclusiva realmente aconteça de forma satisfatória, serão necessários grandes esforços, não apenas uma mudança no discurso, mas sim uma mudança de postura, frente a esse novo desafio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa para nós foi um processo bastante rico, no qual tivemos a oportunidade de desmistificar diversos conceitos que havíamos construído em relação à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A busca pelos referenciais bibliográficos que embasaram a parte teórica da pesquisa foi bastante intensa e proporcionou clareza sobre os caminhos históricos percorridos pela educação inclusiva, bem como as teorias que fundamentam esta prática.

A pesquisa empírica, que contou com a colaboração de uma professora que atuou na rede municipal de Londrina, também trouxe inúmeros benéficos pessoais, acadêmicos e profissionais.

A oportunidade de realizar esta pesquisa nos proporcionou a reflexão sobre nossa futura prática pedagógica, demonstrando que outros caminhos são possíveis, mas nem sempre fáceis de serem trilhados.

Nossa pesquisa verificou que o início do processo de inclusão de portadores de deficiência no ensino regular de Londrina, por meio das classes especiais, mesmo com tantas dificuldades, resultou em diversos pontos positivos, tais como o convívio e a socialização de forma harmônica entre os alunos das classes regulares e aqueles com necessidades educacionais especiais.

O esforço das professoras e da comunidade escolar, que, mesmo sem o apoio e a estrutura necessária buscaram desenvolver novos métodos, materiais e práticas de ensino para que os alunos pudessem compreender os conteúdos, a desmistificação de mitos em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais e a busca de um sentido mais amplo sobre as suas práticas pedagógicas num cenário (de inclusão) que, décadas à frente, iria se consolidar como um item permanente nas políticas públicas de educação.

A partir do trabalho relatado nesta pesquisa, a escola em questão assume a responsabilidade de atender estes alunos de maneira igualitária, possibilitando seu acesso a todas as atividades desenvolvidas nas dependências da escola, o que irá contribuir para a sua inserção futura no mercado de trabalho.

Tais ações resultaram em mudanças positivas também na vida familiar desses alunos, pois, por meio delas, foi possível a aceitação e o estreitamento dos laços afetivos, o que possibilitou a elevação de sua autoestima.

Outro fator relevante observado neste processo foi a conscientização de que todos possuem alguma dificuldade; porém, elas não devem servir de ferramenta de exclusão e, sim, de estímulo para a aceitação e a superação dessas dificuldades.

Acreditamos, também, que nossa pesquisa será um ponto de partida para futuros trabalhos, abrindo caminhos para novas discussões que abordem esta temática em nível regional, pois a grande maioria do material analisado conta com referências dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas*. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

\_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* [recurso eletrônico]. 8. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº. 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo*. São Paulo, SP: Avercamp, 2005.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROCHA, Jomar Vieira da; SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da. Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão. In: *Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2006. p. 15-57.

FARIAS, Ignez Cordeiro de. Os militares e a política. Depoimentos do coronel Paulo Pinto Guedes. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, SP: Xamã, 1996. p. 164 -173.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2007. p. 15 - 35.

LE GOFF, J. *A História nova*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.

LUPORINI, Teresa Jussara. Dez anos do histedbr a organização do GT “Campos Gerais do Paraná”. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 209 – 226.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, SP: Xamã, 1996 a.

\_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. São Paulo, SP: Loyola, 1996 b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do uso do gravador no registro da informação viva*. São Paulo, SP: T.A. Queiroz, 1991.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. O professor na escola inclusiva: reflexões sobre a prática pedagógica. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et. al. *Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais*. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2007. p. 267 – 208.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico - crítica: primeiras aproximações*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1991.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.